DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8040/2015

PROCESSO TC/MS	:	TC/13778/2014
PROTOCOLO	:	1549107
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
JURISDICIONADO	:	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS (EX-SECRETÁRIA)
INTERESSADO (A)		JOEL MARTINS
TIPO DE PROCESSO	:	CONCESSÃO – RESERVA REMUNERADA
RELATOR (A)	:	RONALDO CHADID

Examina-se neste processo eletrônico a transferência para a reserva remunerada do servidor **Joel Martins**, 3º Sargento da Polícia Militar, nascido em 28/06/1965, matriculado sob o número 49604021, da Polícia Militar do Estado, para fins de **registro.**

Os autos foram encaminhados para a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal, que emitiu a análise conclusiva nº ANC-7ICEAP- 7808/15 (f. 78) pelo registro da transferência para a reserva remunerada, com ressalva, ao constatar: **1-** *a tempestividade da remessa dos documentos que compõem os autos, atendendo assim ao estabelecido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012;* ***2-*** *a observância às exigências do Anexo I, Capitulo II Seção II, Item 4, da Instrução Normativa TC/MS n.º 38 de 28.11.2012;* ***3-*** *o tempo de contribuição;* ***4-*** *o amparo da Lei Complementar nº 53/90 (artigos 86, I, 89, I e 90, I, letra "”a” e artigo 54) com redação dada pela Lei Complementar nº 127 de 15 de maio de 2008, c/c o artigo 42 da Lei nº. 3.150/05, a qual foi concedida através do Decreto “P” nº 4024/14, publicado no D.O nº 8765/2014;* ***5-*** *a regularidade da apostila de proventos, com vencimentos integrais sobre o subsídio de 3º Sargento, e calculados em conformidade com os preceitos legais.*

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pelo registro da transferência para a reserva remunerada em apreço, conforme Parecer nº 10326/15 (f. 81).

É o que cumpre relatar.

Das razões de decidir:

Dos autos do processo, observa-se que assiste razão ao corpo técnico desta Corte de Contas, bem como ao Ministério Público de Contas, uma vez que os documentos que integram os autos atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

Verificadas as exigências da Lei Complementar nº 53/90 (que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Mato Grosso do Sul), consta nos autos a cópia do Decreto "P" nº 4024/14 publicado no D.O nº 8765 de 25 de setembro de 2014, que concedeu o benefício.

Os proventos a receber na inatividade foram fixados proporcionais ao subsídio do posto ocupado, como demonstrados nos autos à f. 81.

Nesses termos, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, decido pelo **REGISTRO** da transferência do militar *Joel Martins* para a reserva remunerada, de acordo com o art. 42 da Lei nº 3.150/05 c/c os artigos 86, I, 89, I e 90, I, letra "a", e artigo 54 da Lei Complementar nº 53/90.

É a decisão.
Publique-se.
Campo Grande, 23 de outubro de 2015.

Cons. Ronaldo Chadid
Relator

RSB